

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

O PAPEL DO ESTADO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

CURITIBA

2004

ROBERTO RIZZARDO TRINKEL

O PAPEL DO ESTADO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

**Projeto de Monografia apresentado
sob orientação da professora Kátya
Kozicki, como requisito parcial para
conclusão do curso de Direito.**

CURITIBA

2004

Termo de Aprovação

Roberto Rizzardo Trinkel

O PAPEL DO ESTADO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientadora: Kátya Kozicki


Examinador: Elizeu de Moraes Corrêa


Examinadora: Vera Karam de Chueiri

Outubro 2004

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
DESENVOLVIMENTO.....	9
1 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO.....	9
2 CONCEITOS.....	16
2.1 Globalização.....	16
2.2 Estado.....	18
2.3 Estado Social x Estado Neoliberal.....	19
2.3.1 O Estado Social.....	19
2.3.1.1 A Crise do Estado Social.....	21
2.3.1.2 A Ingovernabilidade do Estado Social.....	22
2.3.2. Estado Neoliberal.....	23
2.3.2.1 Neoliberalismo na América Latina: o Consenso de Washington.....	26
2.3.2.2 Crítica ao Estado Neoliberal.....	27
2.3.2.2.1 Conseqüência neoliberal: Turistas e Vagabundos.....	29
2.4 Vínculos do neoliberalismo com a globalização.....	31
2.4.1 Conseqüências da globalização neoliberal.....	34
2.4.2 Opções à globalização neoliberal.....	37
3 O PAPEL DO ESTADO.....	42
CONCLUSÃO.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	48

RESUMO

O trabalho procura demonstrar a construção da noção do Estado como problema. Os diversos conceitos e teorias que discutem a questão. O estudo do processo de globalização através do tempo. Definição do que é a globalização. As mazelas geradas pela globalização. As conseqüências para os países. O estudo do processo de globalização através do tempo possibilitará uma compreensão dos acontecimentos de hoje. O Estado Social ainda pode realizar seus objetivos. O contexto das propostas de reforma do Estado, tanto dos neoliberais quanto dos defensores do Estado Social. Ainda, abordaremos a idéia da globalização neoliberal como processo irreversível e suas conseqüências para o Estado. Após a rápida explanação sobre os dois tipos de Estado que se configuram na época atual, e levando em conta as dificuldades do Estado Social e as desigualdades criadas pelo Estado Neoliberal, já deve estar claro a preferência pelo modelo Social. A desigualdade é inerente ao modo de produção capitalista, o Estado Social tenta superá-las ou ao menos amenizar suas crises e conseqüências. O Estado Social tem legitimidade para intervir na busca por maior justiça social. O Estado Social detém os meios de violência legais, mas também é um agente atuante na redistribuição de riqueza e regulamentação das relações sociais. O Estado deve ser um instrumento de exercício da democracia, deve ser um meio de exercer a liberdade.

INTRODUÇÃO

A globalização é um tema muito discutido nos meios acadêmicos, mas pouco compreendido em sua totalidade. É um fenômeno amplo movido por forças diversas. Hoje não há um único processo ocorrendo, há uma série de processos na realidade. Tentar comparar a globalização cultural com a globalização econômica é impossível embora ambas sejam correlatas.

O estudo do processo de globalização através do tempo possibilitará uma compreensão dos acontecimentos de hoje. A mudança na organização política que havia desde a Segunda Guerra provocou mudanças cujos efeitos não são compreendidos até os dias de hoje. O dismantelamento da antiga URSS levou a muitos historiadores precipitarem-se a acreditar haver chegado a um fim da história. Tal entendimento provou-se equivocado, pois as mudanças de força na escala global, configuram um mundo que seria impensado a dez anos atrás.

A formação de blocos econômicos cujos entes são Estados Soberanos gerou uma indefinição de que rumo tomar. As antigas experiências e formulas não servem ao novo mundo multipolar. Os Estados passam uma transformação, sofrem de crises de legitimação interna e ao mesmo tempo lançam os fundamentos para entes supranacionais capazes de tomar decisões independentes e até conflitantes com a de seus membros.

É neste cenário de mudança que se encontra o Brasil. Saído de um regime protecionista do capital nacional para um regime neoliberal, em pouco mais de uma década o país passou por superinflação, recessão, estagnação, estagflação, etc. sofrendo uma desorganização de seu ciclo de desenvolvimento gerando duas décadas de crescimento zero. As mudanças por que passam o Brasil são reflexos das mudanças que ocorrem por todo o mundo. A liberalização de mercados e as possibilidades de multiplicação das riquezas deslumbraram os legisladores que ignoram seus efeitos nefastos e o lado obscuro da globalização.

As mazelas geradas pela globalização são perceptíveis, após 14 anos desde a queda do muro de Berlim o mundo foi capaz de gerar uma riqueza como jamais se

sonhou, embora seu custo seja o elevado número de excluídos que se encontram à margem do processo.

O Brasil adotou recentemente uma postura de potência intermediária perante a comunidade internacional, mas acabou aplicando todas as determinações, juntamente com a Argentina, do que foi chamado de Consenso de Washington: a disciplina fiscal para eliminar déficits; concentração dos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária com menor peso nos impostos diretos; fim das restrições ao setor financeiro e afastamento do Estado do setor; manutenção de uma taxa de câmbio real; liberalização comercial; eliminar restrições ao investimento do capital externo; privatizar empresas estatais; redução do controle sobre legislação trabalhista; e proteção da propriedade intelectual.

As conseqüências para ambos os países foram devastadoras. Elaborado como pressupostos que os países emergentes deveriam adotar para recuperarem a capacidade de investimento e crescimento, o Consenso ficou conhecido como o neoliberalismo do possível. Como a forma pura do neoliberalismo assume um caráter de autodestruição e torna-se impraticável, estudiosos reunidos pelo *Institute for International Economics* elaboraram medidas de diminuição das funções do Estado sobre as reformas em prática na América Latina. Embora fosse inicialmente em carácter acadêmico, os órgãos internacionais de concessão de crédito tornaram-no um receituário obrigatório para aqueles dispostos a de utilizar empréstimos, o FMI se notabilizou como tal.

As influências no Brasil passaram a ser sentidas a partir do Governo de Fernando Collor, embora estudiosos, como Brasília Sallum, identifiquem na crise do regime militar o ponto no qual o neoliberalismo surge como opção. O Governo de Fernando Henrique Cardoso ampliou as reformas que se iniciaram durante o governo anterior. Também foi o momento que se iniciou a discussão com maior relevância sobre a ALCA.

A formação da União Européia com até mesmo a elaboração de uma Constituição para um ente supranacional abalou o eixo de forças em que se assentava o mundo. A criação do EURO, a moeda comum européia abalou a supremacia do dólar

como moeda meio das relações internacionais, levando os EUA a buscarem novos mercados.

O Acordo de Livre Comércio das Américas está previsto para iniciar em 2005, uma área de livre comércio da América com um PIB superior a 12 trilhões de dólares e uma população de mais de 500 milhões de habitantes. As possibilidades são inúmeras e os recursos naturais disponíveis tornam o bloco uma plataforma de desenvolvimento sem igual no mundo. Admitir a livre circulação de bens e não de pessoas reflete o carácter dessa união, os interesses restringem-se à questões financeiras e econômicas ignorando aspectos sociais dos países membros. Conflito que se materializa no recentemente proclamado isolamento brasileiro, conforme se observa pela imprensa, aparenta ser uma manobra para culpar o Brasil em caso de fracasso das negociações da ALCA. Analistas do mundo inteiro parecem concordar que não há ALCA sem a participação do Brasil, todavia, os EUA estão dispostos a ignorar o dialogo preferindo impor sua vontade.

Uma vez concretizado o acordo de livre comércio o acesso a mercados antes reservados e a disponibilidade de serviços mais baratos e eficientes abriria possibilidades novas na convergência do Direitos dos diferentes países. Entretanto a costura que se tem feito do ALCA está longe de ser um diálogo, antes, uma imposição. Vários quesitos em que os países subdesenvolvidos estariam em vantagem aos desenvolvidos são ignorados ou apresentados para serem discutidos em acordos posteriores. Propostas são descartadas e tentativas de socializar o processo são minadas antes de ganharem força.

O livre fluxo de serviços e bens, o ponto chave de uma área de livre comércio, está sendo prematuramente forçado sobre os países sem considerar mecanismos de solução de conflitos das leis entre os países ou mecanismos de compensar as diferenças existentes no bloco. Atos permitidos ou tolerados podem ser vistos como abusivos ou ilegais em outros países. Não contempla esse tratado a troca de conhecimentos ou de tecnologia. O Know-how americano busca sua proteção impondo leis de patentes mais longas e severas. Ignorando ajuda humanitária mesmo no tratamento de doenças.

Após essa apresentação do problema inicial vamos iniciar os trabalhos a partir da hipótese de que o Estado Social ainda pode realizar seus objetivos. O paradigma do *Welfare State* ainda não foi esgotado. Na realidade, sequer chegou a ser implementado na América Latina.

Não é possível que possamos ignorar um modo de organização que promoveu uma melhor distribuição de renda por quase três décadas e foi responsável por garantir direitos para diversas classes sociais, em troca de um modelo que nas últimas décadas foi responsável pelo aumento das desigualdades sociais e da violência pelo globo.

O objetivo esperado com esse trabalho é demonstrar que o Estado Social pode superar as críticas que lhe tem sido feita pelos neoliberais propiciando um crescimento econômico aliado à distribuição de renda e melhora das condições gerais da população. Conforme será demonstrado a seguir, o Estado Neoliberal tem sido o responsável pela piora qualitativa das condições de vida da população.

Superada essa fase, analisaremos o contexto das propostas de reforma do Estado, tanto dos neoliberais quanto dos defensores do Estado Social.

Ainda, abordaremos a idéia da globalização neoliberal como processo irreversível e suas conseqüências para o Estado.

Inicialmente, o trabalho procura demonstrar a construção da noção do Estado como problema. Veremos os diversos conceitos e teorias que discutem a questão no próximo capítulo.

DESENVOLVIMENTO

1. BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO

O final da década de oitenta e o início da década de noventa marcaram uma mudança na ordem geopolítica mundial. A transposição do modelo bipolar para o modelo multipolar e a consolidação da integração da política com a economia são duas das mudanças ocorridas no sistema.

Para compreender o sistema multipolar, que vivemos atualmente, é necessário analisar suas origens no início do século passado. As primeiras décadas do século vinte foram marcadas por um modelo de hegemonia unipolar. Os Estados Unidos eram a potência hegemônica, concentrando metade da riqueza do mundo, o PNB¹ americano era o maior do mundo, tanto em termos absolutos quanto *per capita*. Eram o país com a maior diversidade de bens, serviços e lançamentos de produtos. O fator definidor como unipolar é a existência de apenas uma potência econômica/militar na época.

A grande depressão de 1930 abalou as bases da riqueza norte-americana, mas na esteira de seus efeitos destruidores as demais nações desenvolvidas também sofreram conseqüências nefastas. Mas os Estados Unidos mantiveram-se como principal pólo de irradiação de progresso e riquezas do mundo.

Diversas mudanças, em escala mundial, permitiram que a hegemonia econômica norte-americana fosse se consolidando após a Segunda Guerra Mundial, tais como: a Conferência de Bretton Woods em 1944; a crescente participação das transnacionais norte-americanas no exterior; a expansão dos bancos norte-americanos e sua transnacionalização; a descolonização da África e da Ásia abriu oportunidades para os Estados Unidos da América.

Nos anos seguintes à Segunda Guerra firmou-se uma estrutura de competição entre dois países. EUA e URSS forjaram uma ordem mundial definida por critérios ideológicos. Iniciou-se o modelo bipolar² entre os gigantes. Era voltado para sustentação de um modelo estratégico-militar, jamais envolvendo disputas comerciais e

¹ Produto Nacional Bruto

financeiras que tivessem fins civis. Buscavam sempre a superioridade militar sobre o oponente.

Mantendo-se como região líder pelas décadas de 40, 50 e 60 foi somente no final da década de 70 é que surgiram as primeiras regiões capazes de competir economicamente com os EUA: a Europa ocidental e a Ásia Industrial.

No início da década de 1970, começou a verificar-se uma elevação dos índices de preços apesar da taxa relativamente elevada de desemprego e do crescimento negativo do PNB. Em 1971, os EUA romperam o acordo de *Bretton Woods*³. Foi o fim de uma estabilidade que durara quase trinta anos. A partir desse momento foram aumentando gradualmente as influências dos neoliberais na economia⁴.

A década de 80 assistiu a desarticulação do sistema bipolar. Os custos crescentes para manter os armamentos, a falta de investimento para fins civis, os gastos desproporcionais com a defesa causaram o enfraquecimento das superpotências no campo econômico.

A URSS teve um colapso devido a seu próprio peso, a falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento para fins civis causou um atraso tecnológico e científico que comprometeram as bases do sistema.

Os EUA por sua vez, estavam cada vez mais comprometidos no desenvolvimento de armas cerceando sua capacidade competitiva perante os países da Ásia e Europa. A queda da União Soviética abalou o mundo, e deixou os EUA um tanto perdidos. Sem seu grande adversário a atuação internacional americana teve de buscar novos fundamentos. Não havia mais uma ameaça vermelha para combater.

Os fatores que passaram a ser mais relevantes na década de noventa eram o domínio de informações, a capacidade de atrair investimentos, custos econômicos do

² A bipolaridade é definida pela existência de duas entidades que direcionam o desenvolvimento tecnológico e militar. No caso, a União Soviética e os Estados Unidos eram as fontes ideológicas que nutriam outros Estados.

³ O acordo de Bretton Woods foi firmado no fim da Segunda Guerra Mundial. Previa que o dólar americano deveria ter um lastro em ouro (35 dólares por onça de ouro). Foi o fim da moeda com lastro e início do regime de câmbio flutuante.

⁴ Os conservadores foram vitoriosos nas eleições de 1979 no Reino Unido (ungindo Margareth Thatcher como primeira ministra) e, de 1980, nos Estados Unidos (eleição de Ronald Reagan para a presidência daquele país).

sistema de produção e o domínio de novas tecnologias. São estes os novos fatores de supremacia e poder do sistema multipolar, fundado no diferencial competitivo de cada nação. Três esferas de influência surgiram: a esfera Americana, a esfera Européia, e a esfera Asiática. É um fato totalmente novo, já que a rivalidade dessas novas esferas de prosperidade se restringe ao campo econômico e tecnológico.

No Brasil, o fim do mundo bipolar provocou grandes mudanças para o Brasil. O país tem uma formação peculiar. Marcos Augusto Maliska, define a situação do Brasil⁵, citando a ação dos EUA, que se empenham na busca da abertura econômica enquanto mantém distante qualquer possibilidade de livre acesso de cidadãos latinos ao seu território.

O neoliberalismo chegou de maneira gradativa. A derrocada do modelo de desenvolvimento dos militares propiciou seu surgimento. Durante a década de 70 o Brasil passou por seu "Milagre Econômico", consistindo conciliar forte crescimento (amparado pela ampla disponibilidade de crédito da época) e contenção da inflação. Os meios de pagamento cresceram o dobro do que os preços no período. Tal processo não podia durar, aliado às pressões internas, os choques do petróleo desarticularam a economia. Os choques do petróleo do final da década de 70 somados a total desarticulação do Sistema Financeiro Internacional provocaram uma quebra da confiança mundial. Os investidores cortaram os créditos do mercado e exigiram o pagamento de parcelas da dívida já vencida. Muitos países, dentre eles o Brasil, haviam gastado tais recursos em obras de retorno demorado e não tinham o dinheiro para pagar o valor devido.

A década de oitenta foi um período de instabilidade e recessão⁶. O governo teve de criar um modelo que propiciava a exportação para gerar divisas e criou barreiras à

⁵ em seu trabalho "Definindo Conceitos: Estado Neoliberal ou Estado Social Democrático de Direito na onda globalizante?"

⁶ "Entre 1980 e 1983, o PIB per capita caiu 13,1% e a incidência da pobreza ultrapassou inclusive a de 1960. O efeito da recessão na disseminação da pobreza chega a parecer um exagero: em 1983, o PIB per capita era o dobro do nível de 1960 [...], mas a proporção dos abaixo Po- era de 41,9%, superior, portanto à de 1960 (41,4%). A mesma correlação entre a incidência da pobreza comparada com o PIB per capita pode ser percebida nos anos seguintes. Em 1986 se deu o pico de uma recuperação, que teve início dois anos antes. O PIB per capita quase retornou ao nível de 1980 e a proporção de pobres caiu para 28,4%. Foi o ano do Plano Cruzado, o primeiro esforço de estabilização heterodoxa, (...)".

importação para diminuir o déficit. A inflação brasileira que sempre se situara em dois dígitos pela primeira vez situara-se na faixa dos três. A inflação entrara em um processo de crescimento inercial. A crise provocou um racha no pacto de dominação vigente⁷.

Várias tentativas de controle da inflação sucederam-se, conhecida como a fase dos planos heterodoxos, ficando marcada por sucessivas medidas de choque que revertiam apenas temporariamente o processo inflacionário. O mais famoso deles foi o Plano Cruzado, seus criadores diagnosticaram como causas da inflação a inércia alimentada pelos indexadores e pela desconfiança da moeda. Os sucessivos fracassos levaram a inflação a um nível perigosamente próximo a da hiperinflação aberta⁸.

O neoliberalismo vinha ganhado força, a cada novo fracasso da política heterodoxa o modelo ortodoxo ganhava mais defensores. Durante o governo Collor atingiu um nível sem precedentes. Tornando-se a ideologia dominante pregando pela abertura do mercado, privatização de empresas estatais e diminuição do papel do

(...), em 1988 o PIB per capita era próximo ao de 1980, o pico pós-Milagre, mas a incidência da pobreza era a mesma de 1970, quando a maior parte dos efeitos econômicos do Milagre ainda não se haviam materializado. Isso sugere que o crescimento econômico dos anos 70 foi bastante eficaz em reduzir a incidência de pobreza, mas a maior parte dessa redução foi perdida novamente na segunda metade dos anos 80. Trata-se de algo paradoxal, uma vez que o Brasil esteve sob uma ditadura militar durante os anos 70, quando conflitos distributivos eram (até 1978) severamente reprimidos, e desde 1985 o país retornou ao regime civil e a democracia.

A explicação desse paradoxo é que a instabilidade não foi apenas do crescimento mas também da distribuição de renda. Ao mesmo tempo, nos anos 80, quando a renda média estagnou, a renda dos pobres declinou”

SINGER, Paul. GLOBALIZAÇÃO E DESEMPREGO: diagnóstico de alternativas, página 92

⁷ "Instalada a crise, desenham-se basicamente duas estratégias para sua solução que tinham em comum a recusa à forma de renegociação da dívida externa adotada pelo general Figueiredo. Terminava aí a concordância. Uma das estratégias, a nacional-desenvolvimentista, que tinha por base social, segundo Sallum, a indústria privada nacional e a burocracia empresarial do Estado, pretendia a reforma do sistema financeiro que permitisse reduzir os ganhos especulativos, subordinando-os ao crescimento industrial. Aí, o Estado aparece como centro planejador do desenvolvimento e tal alternativa ainda aventava a possibilidade de incorporação dos assalariados por meio de uma política negociada de rendas.

No outro pólo consolida-se uma vertente neoliberal que achava que a estabilização viria da quebra da intervenção estatal, com o fim dos subsídios e das transferências para as empresas estatais, e pelo aprofundamento dos mecanismos de mercado. Além disso, o Brasil deveria abrir-se à divisão internacional de trabalho, voltando-se à agricultura e à produção industrial cuja tecnologia já fosse assimilada e permitindo a entrada de produtos estrangeiros de tecnologia avançada. O Estado deveria se concentrar em políticas sociais compensatórias. NEGRÃO, João José. PARA CONHECER O NEOLIBERALISMO, página

⁸ Como define José Pascoal Rossetti: "As hiperinflações destroem literalmente, a moeda, a estrutura e a lógica do sistema de trocas. Levam ao colapso transnacional. No limite, podem desaguar em desarticulação do tecido social e até em rupturas político-institucionais". ROSSETTI, José Pascoal, pesquisador e professor da Fundação Dom Cabral, em seu livro "introdução à economia", página 712

Estado. A ameaça da hiperinflação foi suficiente para que inúmeras medidas fossem tomadas, quaisquer que fossem as conseqüências⁹.

A idéia básica é utilizar a hiperinflação como uma ameaça sempre presente, capaz de justificar medidas do governo para combatê-las, independente do conteúdo das medidas. Enquanto o Chile somente foi capaz de implementar o prontuário neoliberal tendo um regime autoritário no poder, o Brasil usou a ameaça da hiperinflação¹⁰. Essa noção parece ser facilmente percebida. Por muitos anos foi utilizado o medo como forma de legitimar a implantação planos com conseqüências nefastas e resultados duvidosos no Brasil.

Mesmo os órgãos de defesa da população, ou até o judiciário, se deixaram levar por tais medidas¹¹. O projeto neoliberal, mesmo com os escândalos do governo Collor e o enfoque mais nacionalista de Itamar Franco, continuou com força durante os governos seguintes. O governo de Itamar foi de transição, procurou enquadrar diversas forças políticas.

O início do governo de Itamar foi tumultuado. A inflação estava em alta quando o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso iniciou o Programa de Estabilização Monetária que unia o equilíbrio orçamentário e a criação de um indexador único, a URV¹², que substituiria todos os demais. Era o nascimento do Real.

⁹Lamounier, citado por João Negrão, coloca: "A iminência hiperinflacionária e a violenta redução da liquidez determinada pelo governo em seu primeiro dia desequilibravam o poder entre o Executivo e o Legislativo como duas faces de uma mesma moeda. Por um lado instauravam o que por analogia chamei de 'ditadura romana': um governo ao mesmo tempo legalizado e excepcional (que não deve ser confundido com o conceito moderno de ditadura): por outro lado, indicavam claramente a inexistência de um caminho de volta, visto que uma devolução imediata e substancial da liquidez com certeza precipitaria o desenlace hiperinflacionário. Nessas condições, a atenção da sociedade e do Congresso teria de voltar-se, como de fato ocorreu, para o caráter eventualmente excessivo das decisões tomadas pelo governo: excesso de dosagem no arrocho monetário e excesso de arbitrariedade, tendo em vista a constitucionalidade ambígua (como é próprio da 'ditadura romana') do pacote um todo e flagrante de algumas das medidas que inicialmente o interavam". NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 58

¹⁰ Perry Anderson, marxista inglês, citado por João Negrão, coloca que "seria arriscado concluir que somente regimes autoritários podem impor com êxito políticas neoliberais na América Latina [...]. Há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Esse equivalente é a hiperinflação." NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 59

¹¹ Pelo menos em um momento inicial. O fracasso do plano causa o restabelecimento da situação normal. Um exemplo, foi o confisco do dinheiro em contas bancárias no plano Collor, que inicialmente, não teve sua inconstitucionalidade declarada.

¹² Abreviação para "Unidade Real de Valor"

O plano Real pode ser compreendido através de algumas de suas medidas, tais como, sistema de câmbio fixo operado em bandas estabelecidas, mas não publicadas, pelas Autoridades Monetárias, a utilização de um indexador comum para toda a economia que procurou criar um mecanismo de realinhamento dos preços relativos, a abertura da economia entendida como uma diminuição das tarifas de importação e a valorização do Real como instrumento para conter elevações de preços pelo incremento da Demanda.

O combate à inflação foi utilizado como justificativa para aumentar a abertura econômica iniciada no governo Collor¹³. E desde então o combate à inflação é a preocupação principal de todos os governos subsequentes. Priorizando estabilidade fiscal sobre o desenvolvimento.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi caracterizado pela estabilização da moeda e controle do processo inflacionário. Era fortemente influenciado pelo Consenso de Washington e pelas idéias gerais da globalização. Sua política podia ser dividida em cinco grandes áreas: a estabilização dos preços e contas nacionais, a privatização dos meios de produção estatais, a liberalização do comércio e fluxo de capitais, a desregulamentação das atividades econômicas privadas, e a austeridade fiscal.

Este modelo teve suas conseqüências. Primeiro, podemos citar a exclusão do emprego formal, o agravamento dos problemas da concentração de renda, o modo que foi realizada as privatizações, o aumento da dívida externa. Em segundo lugar, a imagem projetada pelos defensores da globalização exagera alguns aspectos, e deixa de lado outros, da economia mundial. Após, quase 30 anos de liberalização financeira, é possível falar em um "mercado global de capitais", o mesmo não acontece com o comércio, a indústria e os serviços, para não mencionar a agricultura.

¹³ Como observa João Negrão "O plano Real assumiu a feição de ataque frontal à inflação. Vale lembrar que, nos dez meses em que esteve à frente do Ministério da Fazenda, Fernando Henrique viu a inflação saltar dos 23% para 40% mensais. É possível imaginar que, de certa forma, se permitiu que o monstro chegasse a esse patamar, o que daria mais legitimidade e urgência ao plano, principalmente se retomamos aqui a idéia esboçada por Perry Anderson (Op. Cit.), segundo a qual a hiperinflação acaba sendo um equivalente ao autoritarismo no sentido de fazer ser aceitas, democraticamente, as duras reformas propostas pelo neoliberalismo". NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 67

A força do discurso da globalização deriva de sua correspondência com certas características da economia internacional, quando esta opera em condições de normalidade. Nesses períodos, tudo se passa de acordo com o prontuário: os capitais se movem combinando os objetivos de lucratividade e segurança, enquanto os Estados se abrem, empenhando-se em programas de reformas. Adotam medidas a fim de atrair capitais esquivos. Nesse movimento, crenças e valores estabelecidos são ridicularizados, compromissos sociais fortemente institucionalizados são rompidos... E tudo isso se faz em nome da eficiência e da liberdade econômica.

2. CONCEITOS

2.1 Globalização

Muito se discute acerca da globalização, neoliberalismo, diversas doutrinas que tentam explicar seu funcionamento. Este trabalho tem a intenção de mais uma vez adentrar o tema. O primeiro problema é definir o que é a globalização. Como é tema extensamente discutido pela doutrina vamos nos limitar a utilizar dos conceitos já elaborados¹⁴.

Primeiro deve ficar claro que não há uma globalização. Globalização é o nome genérico de uma tendência, é um tema controverso, mito para alguns e realidade para outros. Quando é feita referência à globalização, normalmente é feita ao seu lado comercial, mas deve ficar claro que de modo algum este é a única face do processo. Podemos facilmente determinar que existem várias globalizações, todas em graus diversos de implementação. Não pretendemos de maneira alguma limitar os seus aspectos às formas apresentadas a seguir, é apenas uma opção.¹⁵ A saber, existe uma

¹⁴ Há várias definições de globalização. Diferentes autores trazem diferentes conceitos, por exemplo, Liszt Vieira afirma, "a globalização implica uma nova configuração espacial da economia mundial, como resultado geral de velhos e novos elementos de internacionalização e integração. Mas se expressa não somente em termos de maiores laços e interações internacionais, como também na difusão de padrões internacionais, como também na difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, consumo, vida e pensamento, que resultam do jogo das pressões competitivas do mercado, das experiências políticas ou administrativas, da amplitude das comunicações ou da similitude de situações e problemas impostos pelas novas condições internacionais de produção e intercâmbio", já Anthony Giddens define globalização como "a intensificação de relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira, que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas ilhas de distância e vice-versa", ainda o professor Marcos Augusto Maliska define globalização tendo "como objetivo principal a livre circulação de bens mercadorias e capitais pelo mundo. Na esteira deste processo, são apresentadas propostas para uma internacionalização das culturas, dos direitos, no sentido da formação de uma comunidade global" e finalmente, Milton Santos é quem define a globalização como "o apice do processo de internacionalização do mundo capitalista. (...). No final do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada."

¹⁵ E não é a Liszt Viera, em seu livro *Cidadania e Globalização*, trata das diversas globalizações, referindo-as como dimensões em, e também revela que sua opção não deve ser compreendida de modo a esgotar o tema. Cita, o referido autor, a opinião do Professor Eduardo Viola que primeiro coloca como

globalização financeira, uma comercial, uma produtiva, uma institucional, uma político-econômica, alguns vem propondo recentemente uma social, etc.

A globalização financeira buscaria a eliminação das barreiras aos movimentos internacionais de capitais. O maior volume e velocidade dos recursos interagindo sobre a economia levam a uma desregulamentação do mercado financeiro infelizmente também causa um aumento nos movimentos especulativos e maiores riscos aos investidores.

A globalização comercial é a abertura de mercados para produtos estrangeiros, eliminação dos entraves burocráticos... Tem como conseqüências aumento nos custos de pesquisa e desenvolvimento, mas com ganhos de escala, uniformização das estruturas de oferta e seus defensores alegam que causa um aumento da produtividade que causa um aumento na renda e por conseqüência uma ampliação da estrutura de demanda do país.

A globalização produtiva é a convergência dos processos produtivos que utilizando as mesmas técnicas e estratégias tem a tendência de levarem a oligopolização do mercado com um crescimento no número de fusões de empresas regionais devido à concorrência.

A globalização institucional trata da convergência de ações dos Estados para regular as relações jurídicas das empresas em âmbito internacional.

A globalização político-econômica é uma das mais discutidas, pois seu reflexo é traduzido na perda de parte da soberania política e econômica dos países no nível global, que tem de passar a aceitar condicionantes externos. O processo de globalização é movido principalmente pela força dos seus agentes, especialmente as empresas¹⁶.

seis o número de dimensões: militar, política, econômica, cultural-comunicacional, ambiental e científico-tecnológica, mas mais adiante reconhece existirem treze dimensões distintas.

¹⁶ em 1971, o volume de empréstimos internacionais de médio e longo prazos efetuados em todo mundo pelo capital privado foi de 10 bilhões de dólares. Em 1995, chegou a 1,3 trilhão. Cresceu 130 vezes em duas décadas e meia. O estoque de capital privado no mundo é de 10 trilhões de dólares. A circulação financeira internacional ultrapassou, em 1995, 1 trilhão de dólares por dia, para uma base de trocas efetivas de bens e serviços da ordem de 20 a 25 bilhões, o que significaria trocas 40 vezes maiores do que seriam necessárias para cobrir atividades econômicas reais. VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização, página 81

Já faz muito tempo que as decisões acerca dos mercados financeiros são das corporações e não mais dos governos. A abertura econômica e a integração dos mercados são apresentadas como solução para o crescimento das nações, mas são ignorados as conseqüências sociais, o aumento do desemprego, o aumento da concentração de renda e os problemas sociais resultantes.

Finalmente, a globalização social: os avanços tecnológicos e a reestruturação econômica levaram grande parcela do mundo à exclusão dos avanços e conquistas científicas, gerando um batalhão de pessoas que não podem ser incluídas no projeto desenvolvido. São assustadores os dados sobre a globalização da pobreza e exclusão social. A seguir o breve panorama nos dá noção das dimensões do problema. Em 1997 eram 26,2 milhões de pessoas fugindo na miséria sendo metade do total de refugiados. Em 1990, morreram 20 milhões de pessoas por causa de desnutrição, dois bilhões de crianças sofrem de carência alimentar. Um terço da força de trabalho do mundo está ociosa. Mais de dois bilhões de pessoas sofrem de doenças ligadas à falta de tratamento de água...

2.2 Estado

O Estado Moderno começou a ganhar seu contorno atual a partir do século treze, com a expansão urbana e comercial. O Estado moderno é uma sociedade com sua base definida em um território. É o depositário da vontade do povo e fixa as instituições existentes em seu território. O Estado detém um poder de mando, governo e dominação¹⁷. Tem seus próprios objetivos que não se confundem com outras instituições de seu território.

A característica definidora do Estado é a soberania, é o poder exclusivo que o Estado tem em seu território. O Estado é um ente construído, não é uma entidade natural. Como Marx havia dito, o Estado é resultado da sociedade civil que o funda. É um reflexo das inspirações da sociedade e um modo de perpetuar a sociedade que o criou. Desse modo as estruturas que tentam ser implementadas hoje sejam neoliberais

¹⁷ Nos dizeres de Darcy de Azambuja, em **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Globo, 1997

ou sociais, com intuito de reformar o Estado, visam basicamente dois fins: permitir a perpetuação do modelo de sociedade que cada grupo considera como válido; e tomar para si os instrumentos legais de violência¹⁸.

Hoje, o Estado sofre uma redefinição de suas funções, especialmente a soberania, antes poder absoluto e inquestionável, torna-se frágil diante das mudanças que ocorrem no mundo.

2.3 Estado Social x Estado Neoliberal

A globalização embora movida pela força das empresas, e por isso considerada processo irreversível, é grandemente influenciada pelo tipo de Estado que a implementa. A forma como a globalização e as relações entre os países é tratada é um fator que afeta a qualidade de vida de toda a população.

Podemos, grosso modo, definir dois tipos predominantes de Estado existentes hoje: o Estado Social e o Estado Neoliberal. Não é uma divisão estanque, já que não existe no mundo um Estado inteiramente neoliberal ou Estado puro de Bem-estar Social.

A teoria neoliberal crê que a solução para os problemas do Estado é a prática das leis do mercado. Regulando as relações como se fosse uma empresa em regime de competição. Como se fosse possível uma ação econômica sem agenda social definida.

A teoria social todavia procura adequar as necessidades da população com as pressões capitalistas. Procurar dar uma estabilidade, que não existe, ao sistema econômico. Se o Estado Social se hipertrofiar acaba asfixiando a iniciativa privada, e tem como consequência uma forma diferente de desequilíbrio que tentava evitar.

2.3.1 O Estado Social

¹⁸ Os instrumentos de violência são, para muitos, o fator diferenciador do Estado. Seu monopólio determinar quem detém o poder.

Cada tipo de Estado tem em seu núcleo uma teoria econômica que fundamenta suas ações. Assim como a teoria monetarista é a base da visão neoliberal, a teoria keynesiana serve de sustentação do Estado Social.

Após a Primeira Guerra o sistema liberal é substituído pelo chamado sistema social. O liberalismo¹⁹ fracassou por ser incapaz de sustentar o crescimento econômico sem graves crises sociais. O novo sistema foi promotor de avanços nas áreas sociais e visava a redistribuição de renda e intervenção na economia.

A Grande Depressão causou a queda do modelo Liberal que existia até o momento. Devido a tradição de não intervenção os Estados apenas observavam enquanto as empresas eram afetadas pelas quebras de diversos elos da cadeia produtiva.

Nessa época, passou a suplantar a teoria liberal em voga a teoria keynesiana. Procurando explicar as causas da crise por motivos outros que não em termos monetários, Keynes, rejeita várias concepções da época, sublinhou a importância do Estado na superação da crise.

Marcou uma nova fase do capitalismo procurando conciliar o ideário liberal e social. Utilizava a teoria keynesiana²⁰ que buscava criar condições de crescimento da economia sem ofender suas bases institucionais. De modo geral, a política econômica apropriada é aquela, que pretendendo incentivar o crescimento econômico e aumentar os níveis de emprego, atue sobre variáveis como a política fiscal e política monetária, na procura do crescimento sustentado e da distribuição de renda.

Teve êxitos relevantes na recuperação da economia dos países no período entre guerras, nos EUA a teoria de Keynes serviu de base para o *New Deal*, que consistiu na intervenção do Estado para revitalizar a economia em crise.

A crise do Estado social deve-se em parte devido ao seu próprio sucesso. Nunca antes os Estados foram responsáveis na garantias de tantos direitos fundamentais. A preservação da liberdade e das garantias conquistadas possibilitou o crescimento econômico por mais de três décadas.

¹⁹ Liberalismo era a teoria em voga até a Grande Depressão. Caracterizava-se pela não intervenção do Estado na economia e por Estados mínimos que tinham função de polícia.

O keynesianismo opera na busca do pleno emprego, embora acreditem ser uma ficção impossível de ser alcançada é a meta orientadora de sua política. Segundo José Paschoal Rosseti, o pleno emprego indica uma situação 'ideal', mas dificilmente alcançável na realidade. É um dos objetivos mais importantes de qualquer sociedade tanto sob o ponto de vista econômico quanto político. É muito difícil de ser atingido, sempre se verificando alguma taxa de desemprego. A operação ao pleno emprego é uma situação extrema vivida apenas em períodos de guerra, quando todas as forças da nação são direcionadas para o esforço de guerra.

A essência do Keynesianismo²¹ é, e do Estado de Bem-estar Social, reduzir a intensidade e a duração das crises cíclicas próprias do capitalismo. Como o capitalismo opera em ciclos de prosperidade e crise (ou declínio), a economia costuma atingir um máximo de abundância, quando o capital está sendo investido e gerando riqueza, entrando em período de estagnação ou recessão. Tal período pode se caracterizar pela manutenção do nível de atividade atual, ou uma retração da mesma. Até que chegue em um momento que se recupere a capacidade de investir.

Fica legitimado a intervenção do Estado na busca da justiça social. Tenta-se equacionar crescimento econômico e progresso social.

2.3.1.1 A Crise do Estado Social

A partir da década de 70, após os trinta anos gloriosos do estado Social, a crise finalmente chegou. Os ataques provenientes da corrente neoliberal iniciaram um processo de transformação do Estado que ainda está ocorrendo.

As causas da crise do Estado Social são várias. Alguns autores chegam a apontar o próprio sucesso do Estado Social como um dos fatores, mas as causas mais apontadas são a crise fiscal e o aumento das demandas dos trabalhadores²².

²⁰ O Keynesianismo refutou tanto o intervencionismo do socialismo quanto o liberalismo pleno dos clássicos, procurava conciliar eficiência com justiça social e liberdade política.

²¹ É a essência do do Estado de Bem-estar Social também reduzir a intensidade e a duração das crises cíclicas próprias do capitalismo, até por se inspirar na teoria de Keynes.

²² Frederico Novelo U., em **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997, aponta ainda mais duas causas: a crise do Welfare State como resultado da crise de acumulação; e, a crise como resultado do taylorismo-fordismo pela crise de produtividade.

A crise fiscal do Estado Social é resultado dos crescentes gastos dos Estados o que levaria à inflação e perda da capacidade de investimento do setor privado. As receitas do Estado provenientes das empresas e dos impostos recolhidos pelos trabalhadores não poderiam se equilibrar-se, porque isso significaria uma simples troca de recursos, anulando o efeito multiplicador dos gastos na economia.

A crise proveniente das demandas dos trabalhadores é resultado do crescimento da produtividade que causaria uma baixa nas taxas de lucro, e por conseqüência, traria uma menor taxa de investimento e uma crise de acumulação.

2.3.1.2 A Ingovernabilidade do Estado Social

Até os dias atuais, nos dizeres de Norberto Bobbio, a conjugação do liberalismo com o socialismo foi tão nobre quanto veleitária, a recente identificação do liberalismo com o liberalismo é um fato e serve para entender o atual litígio que se estende pelos EUA e Europa. O termo liberalismo teve através do tempo diversos significados. Mas foi Hayek quem definiu a atual roupagem²³. Os limites serviriam para qualquer um que tenha poder. O Estado é tão liberal quanto forem reduzidos seus poderes. Correntemente o liberalismo é a doutrina do Estado mínimo.

As causas da ingovernabilidade a que se destinam os Estados democráticos pode, na opinião de Bobbio, ser definida em três pontos chaves:

A incapacidade de suprir a crescente demanda da sociedade civil com resposta do sistema político. Os motivos para isso se devem a dois fatores. A herança dos institutos dos antigos Estados liberais, que fazem ser fácil o envio das solicitações ao poder público para serem atendidas em uma proporção que os próprios Estados não são capazes de suprir, e segundo, os procedimentos próprios das decisões democráticas desaceleram, e até mesmo, negam o conteúdo das demandas.

Os conflitos sociais existentes em uma sociedade plural são de difícil solução. Como o próprio Bobbio admite, é quase impossível satisfazer todas as demandas de

²³ "uma teoria dos limites do poder do Estado, derivados da pressuposição de direitos ou interesses do indivíduo, precedentes à formação do poder político, entre os quais não pode estar ausente o direito de propriedade individual". BOBBIO, NORBERTO. Liberalismo e democracia, página 89.

um determinado grupo sem de alguma forma ofender as pretensões de outro. O único ponto em comum nas políticas dos diversos grupos de pressão é o de atender os interesses que tenham o maior consenso, normalmente relegando ao segundo plano discussões polêmicas, ainda, coloca Bobbio, são sempre interesses parciais.

Finalmente, no terceiro ponto da crítica de Bobbio²⁴, os atuais regimes democráticos tem o poder distribuído amplamente pela população, ao menos mais distribuído do que em um regime autocrático.

A "inabilidade" de lidar com as mudanças que a era globalizada requer é justamente uma das críticas mais recorrentes dos neoliberais ao Estado Social, que não é capaz de acompanhar as mudanças necessárias ao desenvolvimento das relações comerciais por ter muito de seu poder distribuído pela sociedade e perder muito tempo discutindo sobre questões em que não há grande consenso.

Pode-se entender que o Estado da globalização neoliberal é menor e mais rápido que o Estado Social Democrático, mas ao mesmo tempo mais autoritário com participação mais restrita da população nas decisões.

As soluções neoliberais para consertar o Estado Social, afirma Bobbio, são aumentar os poderes do Executivo dando preferência ao sistema presidencialista em detrimento ao sistema parlamentar, ou limitar o poder de decisão dos Estados restringindo o alcance de suas decisões para limitar o próprio poder da maioria.

2.3.2 Estado Neoliberal

O neoliberalismo universaliza e legitima os interesses do capital no momento. Afirma que para alcançar a estabilização e retomar o crescimento, os países devem adotar medidas liberalizantes tais como eliminar barreiras, abrir mercados e reduzir a participação do Estado na economia.

²⁴É de sua opinião que "uma característica da sociedade democrática é ter mais centros de poder (donde o nome que lhe cabe de 'poliarquia'): o poder é tanto mais difuso quanto mais regulado por procedimentos que admitem a participação, o dissenso e, portanto, a proliferação dos lugares em que se tomam decisões coletivas". BOBBIO, NORBERTO. OBRA CITADA, página 95.

Norberto Bobbio define o neoliberalismo hoje como uma doutrina econômica da qual o liberalismo político é apenas uma forma de se realizar, ou seja, "*uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas corolário*"²⁵.

Para compreender o neoliberalismo devemos retornar às suas origens. Seu idealizador foi o austríaco Friedrich V. Hayek. Alegava que o Estado provocaria grandes perigos à liberdade econômica e política se limitasse de qualquer maneira os mecanismos do mercado. Não admitia a intervenção do Estado na economia que se tornava cada vez mais corriqueira²⁶.

A democracia para Hayek é um Estado vigia que deve resguardar a paz interna e a segurança. Hayek aparentava ter um temor pela "ditadura democrática". Há um conflito entre democracia e liberalismo, que Norberto Bobbio, já afirmou haver distinção como cada qual é, as relações do indivíduo com a sociedade. Ainda admite uma intervenção para combater as flutuações econômicas e os surtos de desemprego desde que a solução fosse definitiva e fosse no campo da política monetária.

Em 1947, acaba por fundar a *Sociedade de Mont Pelérin*, formada por críticos e opositores do Estado de Bem Estar Social. Milton Friedman, um dos fundadores da sociedade e grande mentor da corrente definem o papel dos governos²⁷.

Acreditando na "mão invisível do mercado", o neoliberalismo elegeu o monetarismo²⁸ como sua política econômica. Alegando que como a inflação resulta

²⁵ BOBBIO, NORBERTO. OBRA CITADA, página 87.

²⁶ Hayek não acreditava na concepção "segundo a qual a complexidade da sociedade e planejamento por parte de uma autoridade central - independente se essa sociedade é conformada democraticamente ou não - como meio de compensar desajustes do mercado. Na verdade a concorrência é a melhor forma de coordenação de tal sociedade, já que a ninguém é dado avaliar todas as diferentes motivações que os indivíduos levam em conta em suas decisões; qualquer 'controle consciente' apenas faria que tal autoridade concentrasse excesso de poder". NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 21

²⁷ "um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atitudes para evitar o monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar: O liberal consistente não é um anarquista." NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 27

²⁸ O monetarismo é uma das mais recentes escolas atreladas à ideologia neoclássica que procurou resgatar os princípios ideológicos do modelo liberal. Segundo Eliana A. Cardoso, em Economia Brasileira ao alcance de todos, na versão mais simples do monetarismo se os meios de pagamento (que é a quantidade de moeda, também chamada de M1) subirem, crescem também os preços. Por essa

unicamente dos gastos dos que os Estados têm para manter seus programas e projetos, para combatê-la é necessário diminuir o déficit e reduzir a quantidade de dinheiro à disposição no mercado.²⁹

Os defensores do neoliberalismo têm uma concepção negativa do Estado acreditando que é o mercado o meio mais eficaz de alojar-se recursos. De mesma maneira criticam a força que os sindicatos tem de alterar salários e fazer reivindicações³⁰.

O neoliberalismo não encontrou solo fértil para suas idéias até meados da década de 70. Neste período os Estados de Bem-estar social floresceram ampliando-se as garantias individuais e importantes conquistas sociais foram obtidas. Foi no campo político que ressurgiu o neoliberalismo com suas idéias de diminuição do Estado como uma contra-ofensiva às conquistas dos trabalhadores.

Uma das alegações mais comuns é o excesso de democracia e liberdades levam a ingovernabilidade. A síntese do pensamento neoliberal é que o excesso de demandas aliadas à incapacidade do Estado de supri-las causa uma dissolução de seu poder. As soluções propostas envolvem invariavelmente a limitação da democracia ignorando demandas populares com o intuito de diminuir a sobrecarga do Estado e ampliar o espaço do mercado.

Ganha força os discursos que pregam a privatização, ou desestatização dos serviços públicos. A visão neoliberal acredita estar derrubando espaços protecionistas

teoria a inflação é resultado de um aumento na quantidade de dinheiro superior ao aumento na quantidade de bens e serviços. Os defensores dessa teoria alegam que é do governo a culpa da inflação, por esta ser provocada para financiar os déficits públicos.

²⁹ Entendo, todavia, que o monetarismo isoladamente é insuficiente para determinar as políticas econômicas do Estado. A experiência brasileira na década de setenta e oitenta é capaz de comprovar que há outros fatores que compõem a inflação. O fenômeno da "estagflação" que Brasil passou não pode ser explicado somente pelos gastos do governo e pela quantidade de dinheiro no mercado. É falha a teoria clássica neste aspecto que não captou o movimento de inércia dos indexadores na economia que gerava expectativas futuras de inflação.

³⁰ É João José Negrão quem coloca "então, de acordo com os neoliberais, foram os trabalhadores, ao se organizarem para combater a exploração do capital e buscarem sua parte nos ganhos advindos dos aumentos de produtividade sistêmica, que provocaram distorções no mercado, gerara desemprego e, com seu 'inaceitável' poder, pressionaram os governos a criar estruturas estatais de bem-estar inflacionárias, que redundam numa grande crise provocada por um Estado excessivo, gerador crescente de demandas para as quais não tem capacidade de resposta". NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 31

que atrasam o desenvolvimento e servem apenas para propagar distorções de mercado.

Do ponto de vista teórico não existe um neoliberalismo mas várias perspectivas, nem sempre coincidentes, que podem ser abarcadas em quatro escolas: Escola de Chicago³¹, Escola austríaca³², Escola virginiana do *public choise*³³ e os Anarco-capitalistas³⁴.

De modo geral podemos definir um núcleo das idéias das diversas correntes. Essas idéias gerais³⁵ enquadram as diversas correntes como neoliberais:

- Superioridade do mercado livre em relação ao Estado;
- Individualismo, liberdade, privatização e menor incidência de previdência social;
- A desigualdade no mercado é necessária para promover a liberdade e a iniciativa pessoal. Desnecessidade dos benefícios sociais do Estado devido ao fato do mercado não ser voluntário.
- Liberdade individual com pouco controle sobre a conduta do outro, é traduzida normalmente, como desregulamentações e privatizações.

2.3.2.1 Neoliberalismo na América Latina: o Consenso de Washington

Foi em 1989 que surgiu, diante da reunião dos maiores expoentes do neoliberalismo, o Consenso de Washington. Tinha o intuito de avaliar as reformas da América Latina, mas acabou tornando-se um receituário a ser utilizado. O Consenso de Washington tinha como principais pontos: a disciplina fiscal para eliminar déficits; concentração dos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária com menor peso nos impostos diretos; fim das restrições ao setor financeiro e afastamento do Estado do setor; manutenção de uma taxa de câmbio real; liberalização comercial;

³¹ A Escola de Chicago, pode ser definida como positivista, utiliza uma linguagem em que a ciência deve ser observacional.

³² A Escola austríaca defini-se como dedutiva e compreensiva, chega por dedução a partir de fatos empíricos do caráter inviável do coletivismo.

³³ A Escola virginiana do *public choise* é contrária ao "naturalismo" da escola austríaca. Faz uma crítica sociológica ao Estado Social. Arquiteta instituições que servem ao indivíduo.

³⁴ Os Anarco-capitalistas procuram dar uma visão mais ética ao processo.

eliminar restrições ao investimento do capital externo; privatizar empresas estatais; redução do controle sobre legislação trabalhista; e proteção da propriedade intelectual.

O Consenso foi o mesmo tipo de contra-ataque que os Estados de Bem-estar também sofreram na Europa, mas com a significativa diferença porque jamais chegou a ser implantado um Estado de Bem-estar Social na América Latina, que ainda tentam implementar um regime democrático de governo. Recém saídas de longos períodos de ditadura militar as nações da América Latina também sofriam com as crises de crescimento e inflação herdadas do mesmo regime que acabava. Embora fossem conclusões de caráter acadêmico tornaram-se receituários de agências internacionais de concessão de crédito, tais como o FMI³⁶. A pré-condição para retornar aos mercados financeiros e comerciais internacionais era aceitar as novas condições impostas, dentre as quais a "modernização" dos países. João José Negrão é quem afirma, em síntese, que o Consenso faz parte do conjunto neoliberal de reformas, e que apesar da implantação de realizar de maneira diversa nos países, tem a mesma base que é desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do papel do Estado³⁷.

2.3.2.2 Crítica ao Estado Neoliberal

Embora apresente a liberdade como um de seus pressupostos mais importantes, o neoliberalismo tem freqüentemente combinado-se com o conservadorismo e com o autoritarismo.

³⁵ Apresentadas mais detalhadamente por Enrique de la Garza Toledo, em **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

³⁶ Fundo Monetário Internacional.

³⁷ A opinião acerca das idéias do Consenso pode ser observada pelo discurso do ex-embaixador Paulo Nogueira Batista, citado por João José Negrão, "apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no Consenso de Washington constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos. O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. (...). O modelo ortodoxo de *laissez-faire*, de redução do Estado à função estrita de manutenção da 'lei e da ordem' - da santidade dos contratos e da propriedade privada nos meios de produção poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo, em pequenos mercados atomizados de pequenas e médias empresas gerenciadas por seus proprietários em condições de competição mais ou menos perfeita. NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 42.

Tenta se impor como senso comum, reforçando a idéia: do Estado como causador da crise; do Estado como cobrador de impostos que não tem retorno à sociedade; Estado que protege com direitos demais os trabalhadores; e Estado vítima de sua própria burocracia ineficiente.

A liberdade no mercado é colocada em um patamar de exaltação, acima da democracia. As decisões são deixadas a cargo de *experts*. A lógica do mercado decide como aproveitar os recursos, não a decisão da oportunidade política ou a ética humana.

O neoliberalismo real é o do Estado do grande capital que implementou uma austeridade nos gastos sociais. As grandes corporações se fortalecem a ponto da igualdade econômica ser um ideal distante. Graves crises sociais tem aparecido nos países que tentam implementar as práticas neoliberais. A exclusão social nunca foi tão grande como hoje.

A partir da década de 1970 começou a se observar que o preço dos produtos subia em ritmo acelerado ainda que houve-se uma taxa de desemprego elevada e um crescimento nulo ou negativo do PNB³⁸. Era o fenômeno da estagflação.

Tentando explicar tal fenômeno com base na teoria monetarista, foi relançada a tese do desemprego voluntário³⁹.

Os monetaristas alega que as variações no nível de emprego tem mais relação com a variação entre a procura voluntária de emprego e o lazer dos funcionários do que a oferta dos postos de trabalho pelas empresas.

Partem do princípio que o trabalhador escolhe se aceitar reduzir seu salário ou se prefere não trabalhar⁴⁰. Nessa visão o desemprego é sempre voluntário, para os que estão desempregados o lazer é preferível ao rendimento real. Se o trabalhador não aceita trabalhar por menos é porque prefere continuar desempregado, optando por procurar um novo posto de trabalho.

³⁸ Produto Nacional Bruto

³⁹ Se o mercado de trabalho funcionar sem entraves, quando a oferta de mão-de-obra for superior à demanda o preço baixará até que seja interessante para o empregador voltar a contratar. Haveria uma taxa natural de desemprego, que seria o ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda.

⁴⁰ O trabalhador então usaria o tempo para procurar uma oferta de emprego mais atraente.

O Estado neoliberalista, uma vez que é inspirado na teoria monetarista, tem em segundo plano a geração de empregos. Acabam priorizando o combate à inflação⁴¹ e essencialmente controlando a quantidade de moeda no mercado. Fazem isso contraindo a atividade econômica e gerando um aumento no desemprego de modo voluntário.

2.3.2.2.1 Conseqüência neoliberal: Turistas e Vagabundos

A um aumento da pobreza em todas as regiões do mundo tem levado a uma fragilização de importantes conquistas sociais e criado uma segregação que se espalha pela sociedade entre, chamado assim por Zygmunt Bauman, turistas e vagabundos.

A tese é elaborada em cima da idéia de capacidade de consumo, quem a tem e, portanto se integra a sociedade, e quem, por causa de algum motivo, sendo incapaz de consumir é afastado da sociedade de maneira irreversível. Torna-se parte de estrutura da sociedade existirem pessoas excluídas. Definindo nossa sociedade como uma sociedade de consumo teria em mente que todos os membros dessa sociedade consomem⁴².

Desse modo é de extrema relevância essa idéia porque reforça o que é esperado de um regime de competição dentro do Estado. No Estado regido pelo mercado podemos identificar dois tipos de pessoas. Os incluídos e os excluídos. Até hoje sempre existiram pessoas à margem do desenvolvimento econômico. Todavia, sempre procurou-se reintroduzir os excluídos no sistema⁴³.

Antes, de adentrar mais o tema cabe discutir sinteticamente a evolução da pobreza e da exclusão social⁴⁴. Podemos definir três tipos de exclusão, três tipos de

⁴¹ Entendendo inflação sempre como um fenômeno monetário.

⁴² Reflete essa noção que "todo mundo pode ser lançado na moda do consumo; todo mundo pode desejar ser um consumidor. Desejar não basta; para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair do desejo, deve se ter a esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado. Essa esperança, racionalmente alimentada por alguns, é fútil para muitos outros. Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes." BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As conseqüências humanas, página 96.

⁴³ Mesmo que a intenção fosse diminuir as pressões sociais e evitar revoltas internas.

⁴⁴ O neoliberalismo elevou a exclusão social a níveis nunca atingidos. Como a função deste trabalho é definir o papel do Estado na era globalizada, o tema toma especial importância porque é de minha

pobreza. Milton Santos mostra sua evolução em meio século passando de pobreza incluída, pela marginalidade, chegando finalmente à pobreza estrutural.

A pobreza incluída pode ser residual ou sazonal. É produzida em algum momento do ano, refletida por alguma inadaptação entre condições naturais e sociais. Devido a pouca influência das técnicas na época, a racionalidade não constituía um fator dominante.

Milton Santos define a técnica como conjuntos. Jamais aparecem isoladamente e representam uma época. O surgimento de uma técnica não faz as anteriores desaparecerem, mas as tornam de menor valor. É desse modo que se avalia a forças dos atores globais. Os atores mais importantes dominam as técnicas mais avançadas, um ator que falhe em dominar uma nova técnica torna-se um ator de menor importância. A globalização é a primeira vez em que um conjunto de técnicas envolve todo o planeta. A produção da pobreza tinha outras causas e era solucionada através de práticas privadas ou assistenciais. A pobreza não era tão discriminatória.

A marginalidade é o segundo momento. O consumo é um fator determinante. A pobreza assume um caráter de vergonha. O Estado se encarrega de enfrentar a situação buscando superá-la.

A pobreza estrutural é resultado de uma ação deliberada⁴⁵. Os pobres são excluídos do processo.

Recentemente, surge uma nova categoria de pessoas. Os permanentemente excluídos. Aqueles que não voltarão ao sistema.

Podemos ver duas realidades, a dos turistas e a dos vagabundos. Está é uma simplificação que serve ao seu propósito. Poderíamos ter diversos graus de cada classe. Mas é suficiente por hora a abordagem de Bauman.

opinião que o Estado deve trabalhar no sentido de reintroduzir os excluídos. O papel do Estado deve ser o promotor da justiça social e do desenvolvimento sustentado.

⁴⁵ "A pobreza atual resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural. Alcançamos uma naturalização da pobreza". SANTOS, Milton. OBRA CITADA, página 72

Os turistas têm a sua disposição o mundo, perdem os limites de espaço vivendo pelo tempo apenas para desfrutá-lo. Suas fronteiras foram abolidas, são cidadãos globais.

Os vagabundos por sua vez são confinados em um espaço. O seu tempo é vazio, estando presos eternamente nada tem para fazer. Um muro de exclusão é construído ao redor dos vagabundos, sempre indesejáveis são mantidos do 'outro lado' do abismo social que só cresce.

A discrepância é evidente. Para os capazes de se enquadrar na sociedade o mundo está ao alcance, tornam-se andarilhos em busca de uma estratégia mais racional das circunstâncias ou para realizar seus sonhos. Os vagabundos também são andarilhos, mas ao contrário dos turistas que viajam por que querem, são obrigados a viajarem devido a inospitalidade da região que se encontram, não tem outra opção suportável.

Turistas e vagabundos são duas faces de faces de uma mesma moeda. Presos em um círculo de ameaça e ilusão. Servem aos propósitos para manter o *status quo* inalterado. Ser um turista é o sonho e objetivo dos vagabundos. É sua intenção tornar-se um turista e abandonar o mundo de opressão em que vive. O vagabundo é o pesadelo do turista, é seu maior temor perder status de turista e ser aprisionado na miséria dos vagabundos. A existência dos vagabundos é necessária para manter o sistema, força o turista a jamais abandonar sua posição ao mesmo tempo em que torna a existência dos vagabundos cada vez mais deplorável. É um mecanismo de controle, tanto de turistas quanto de vagabundos⁴⁶.

2.4 Vínculos do neoliberalismo com a globalização

⁴⁶ Mecanismo de controle no sentido de “o que torna suportável a vida do turista, o que torna a sua dureza uma irritação menor e permite mudar e colocar a tentação numa prateleira escondida é essa mesma visão do vagabundo que faz o turista estremecer. E assim, paradoxalmente, a vida do turista é tanto mais suportável, mesmo agradável, por ser assombrada por uma alternativa uniforme de pesadelo: a da existência do vagabundo. Num sentido paradoxal, os turistas têm interesse em tornar essa alternativa a mais terrível e execrável possível. Quanto menos atraente for o destino do vagabundo, mais saborosas serão as peregrinações do turista” Desse modo age impedindo que o turista insatisfeito

Outro conceito que se relaciona ao tema é neoliberalismo. É bastante confundido com o de globalização. Hoje, sem dúvida a matriz ideológica da globalização é o neoliberalismo.

O neoliberalismo universaliza e legitima os interesses do capital no momento. Afirma que para alcançar a estabilização e retomar o crescimento, os países devem adotar medidas liberalizantes tais como eliminar barreiras, abrir mercados e reduzir a participação do Estado na economia.

Norberto Bobbio define o neoliberalismo hoje como uma doutrina econômica da qual o liberalismo político é apenas uma forma de se realizar, ou seja, *"uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas corolário"*.⁴⁷

Para compreender o neoliberalismo devemos retornar novamente às suas origens. Seu idealizador foi o austríaco Friedrich V. Hayek. Alegava que o Estado provocaria grandes perigos à liberdade econômica e política se limitasse de qualquer maneira os mecanismos do mercado. Não admitia a intervenção do Estado na economia que se tornava cada vez mais corriqueira⁴⁸.

A democracia para Hayek é um Estado vigia que deve resguardar a paz interna e a segurança. Hayek aparentava ter um temor pela "ditadura democrática". Há um conflito entre democracia e liberalismo, que Norberto Bobbio, já afirmou haver distinção como cada qual é, as relações do indivíduo com a sociedade. Ainda admite uma intervenção para combater as flutuações econômicas e os surtos de desemprego desde que a solução fosse definitiva e fosse no campo da política monetária. Hayek demonstra ter uma aversão à democracia popular.

busque uma situação diversa, da vida de turista. A opção é tão assustadora que a situação deixa de ser desagradável. BAUMAN, Zygmunt. OBRA CITADA, pg 107

⁴⁷ BOBBIO, NORBERTO. OBRA CITADA, página 87.

⁴⁸ Hayek não acreditava na concepção "segundo a qual a complexidade da sociedade e planejamento por parte de uma autoridade central - independente se essa sociedade é conformada democraticamente ou não - como meio de compensar desajustes do mercado. Na verdade a concorrência é a melhor forma de coordenação de tal sociedade, já que a ninguém é dado avaliar todas as diferentes motivações que os indivíduos levam em conta em suas decisões; qualquer 'controle consciente' apenas faria que tal autoridade concentrasse excesso de poder". NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 21

Em 1947, acaba por fundar a *Sociedade de Mont Pelérin*, formada por críticos e opositores do Estado de Bem Estar Social. Milton Friedman, um dos fundadores da sociedade e grande mentor da corrente definem o papel dos governos⁴⁹.

Acreditando na "mão invisível do mercado", o neoliberalismo elegeu o monetarismo⁵⁰ como sua política econômica. Alegando que como a inflação resulta unicamente dos gastos dos que os Estados têm para manter seus programas e projetos, para combatê-la é necessário diminuir o déficit e reduzir a quantidade de dinheiro à disposição no mercado.⁵¹

Os defensores do neoliberalismo têm uma concepção negativa do Estado acreditando que é o mercado o meio mais eficaz de alocar-se recursos. De mesma maneira criticam a força que os sindicatos tem de alterar salários e fazer reivindicações⁵².

O neoliberalismo não encontrou solo fértil para suas idéias até meados da década de 70. Neste período os Estados de Bem-estar social floresceram ampliando-se

⁴⁹ "um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atitudes para evitar o monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar: O liberal consistente não é um anarquista." NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 27

⁵⁰ O monetarismo é uma das mais recentes escolas atreladas à ideologia neoclássica que procurou resgatar os princípios ideológicos do modelo liberal. Segundo Eliana A. Cardoso, em *Economia Brasileira ao alcance de todos*, na versão mais simples do monetarismo se os meios de pagamento (que é a quantidade de moeda, também chamada de M1) subirem, crescem também os preços. Por essa teoria a inflação é resultado de um aumento na quantidade de dinheiro superior ao aumento na quantidade de bens e serviços. Os defensores dessa teoria alegam que é do governo a culpa da inflação, por esta ser provocada para financiar os déficits públicos.

⁵¹ Entendo, todavia, que o monetarismo isoladamente é insuficiente para determinar as políticas econômicas do Estado. A experiência brasileira na década de setenta e oitenta é capaz de comprovar que há outros fatores que compõem a inflação. O fenômeno da "estagflação" que Brasil passou não pode ser explicado somente pelos gastos do governo e pela quantidade de dinheiro no mercado. É falha a teoria clássica neste aspecto que não captou o movimento de inércia dos indexadores na economia que gerava expectativas futuras de inflação.

⁵² É João José Negrão quem coloca "então, de acordo com os neoliberais, foram os trabalhadores, ao se organizarem para combater a exploração do capital e buscarem sua parte nos ganhos advindos dos aumentos de produtividade sistêmica, que provocaram distorções no mercado, gerara desemprego e, com seu 'inaceitável' poder, pressionaram os governos a criar estruturas estatais de bem-estar inflacionárias, que redundam numa grande crise provocada por um Estado excessivo, gerador crescente de demandas para as quais não tem capacidade de resposta". NEGRÃO, João José. OBRA CITADA, página 31

as garantias individuais e importantes conquistas sociais foram obtidas. Foi no campo político que ressurgiu o neoliberalismo com suas idéias de diminuição do Estado como uma contra-ofensiva às conquistas dos trabalhadores.

Uma das alegações mais comuns é o excesso de democracia e liberdades levam a ingovernabilidade. A síntese do pensamento neoliberal é que o excesso de demandas aliadas à incapacidade do Estado de supri-las causa uma dissolução de seu poder. As soluções propostas envolvem invariavelmente a limitação da democracia ignorando demandas populares com o intuito de diminuir a sobrecarga do Estado e ampliar o espaço do mercado.

Ganha força os discursos que pregam a privatização, ou desestatização dos serviços públicos. A visão neoliberal acredita estar derrubando espaços protecionistas que atrasam o desenvolvimento e servem apenas para propagar distorções de mercado.

Neste mundo livre de barreiras físicas e legais pretendem a circulação de todo tipo de mercadoria, pretendem ignorar o Estado fazendo da economia um assunto regulado pelas "leis naturais" do mercado. A melhoria da eficácia é buscada para reduzir custos e possibilitar o crescimento.

2.4.1 Conseqüências da globalização neoliberal

A globalização como já foi colocado é um processo de disseminação de um mesmo conjunto de técnicas pelo mundo. Muitos acreditam que seja um processo que não tem volta⁵³.

A globalização leva os vários sistemas nacionais tornarem-se similares, levando a uma homogeneidade entre os Estados e propiciando o surgimento de novos agentes de influência.

⁵³ Como Zygmunt Bauman coloca, "a 'globalização' não diz respeito ao que todos nós, ou pelo menos, os mais talentosos e empreendedores, desejamos fazer. Diz respeito ao que está acontecendo a todos nós. A idéia de 'globalização' refere-se explicitamente às 'forças anônimas' de von Wright operando vasta 'terra de ninguém' - nebulosa e lamacenta, intransitável e indomável - que se estende para além do alcance da capacidade de desígnio e ação de quem quer que seja em particular". BAUMAN, Zygmunt. OBRA CITADA, página 68

A irreversibilidade da globalização é outro assunto polêmico. Muitos gostariam de evitar todo o processo. A forma e o processo que desencadeiam a globalização são possíveis de serem alterados. Há muitas possibilidades não exploradas para se seguir. É justamente o rumo atual do processo o motivo de crítica. Nunca se produziu tanta riqueza como hoje, mas também nunca na história da humanidade tantos tiveram tão pouco e tão poucos tiveram tanto. A concentração de renda, as taxas de desemprego, a violência, a exclusão social tem aumentado na mesma proporção que novas tecnologias são descobertas, novos avanços são implementados.

As preocupações não são as questões sociais, mas garantir a confiança dos investidores. O bem-estar da sociedade fica em segundo plano ao desenvolvimento da riqueza. É o que Milton Santos chama de *globalização perversa*, "*consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e da informação, intimamente relacionadas*". Santos procura esclarecer que a informação tem sido usada para aprofundar as desigualdades. Hoje, a onipresença da informação em todos os lugares obedece dois aspectos: informar e convencer. Milton SANTOS desenvolve o tema⁵⁴.

Hoje, a competição move o mundo e todos os artifícios são utilizados para conseguir a vantagem. A informação é um deles.

A globalização tem reflexos nos setores reais e financeiros da economia e tem implicações na condução da política econômica porque interferem no equilíbrio dos mercados de produtos e fatores de produção.

Deve-se deixar claro a distinção que o autor faz entre concorrência e competição. Concorrência é uma ação natural das empresas podendo ser saudável ao propiciar o empreendimento de melhores tarefas e resultados. A competição é fundada

⁵⁴ "estamos diante de um novo 'encantamento do mundo', no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Esse é o trabalho da publicidade. Se a informação tem, hoje, essas duas caras a cara de convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio". SANTOS, Milton. OBRA CITADA, página XX

na invenção para a conquista a qualquer custo, que causa, segundo Milton Santos, o afrouxamento dos valores morais e um convite à violência.⁵⁵

A Globalização alterou os conceitos de esquerda e de direita e muitos estudiosos chegaram a considerar superado o discurso. Mas a realidade é bastante diferente, ainda existe à direita e a esquerda, quem sofreu um abalo em sua existência foi à extrema esquerda. Por sua vez, a extrema direita torna-se mais presente no mundo. Não faz muito tempo o mundo foi chocado pela quase vitória de um partidário de extrema direita na Europa.⁵⁶

Os movimentos de extremismo vêm ganhando força justamente como resposta ao crescimento da globalização⁵⁷.

As práticas da competição selvagem e o aumento do extremismo nacionalista levam ao aumento da tensão na política dos Estados. A globalização aumentou a capacidade produtiva, mas gerou uma grande quantidade de desempregados⁵⁸. Toda essa ação de competição é que gera ingovernabilidade em virtude de seus efeitos sobre a vida econômica e administrativa. É natural para a lógica neoliberal conceder poderes ao mercado, já que o mercado é um mecanismo de solução de problemas⁵⁹.

Como já foi apresentado há três tipos de pobreza. A globalização tem expandido a parcela da população excluída da possibilidade de consumo. Isto tem contribuído

⁵⁵ "Pode-se dizer que, em última análise, a competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, freqüentemente horizontais, e impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno. As solidariedades horizontais preexistentes refaziam-se historicamente a partir de um debate interno, levando a ajustes inspirados na vontade de reconstruir, em novos termos, a própria solidariedade horizontal. Já agora, a solidariedade vertical que se impõe exclui qualquer debate local eficaz, já que as empresas hegemônicas têm apenas dois caminhos: permanecer para exercer plenamente seus objetivos individualistas ou retirar-se". SANTOS, Milton. OBRA CITADA, página 86.

⁵⁶ A boa colocação de Jean-Marie Le Pen nas eleições na França foi apenas uma de muitas surpresas.

⁵⁷ É, segundo Anthony Giddens, "uma tendência comum que liga políticos de direita como Pat Buchanan nos EUA, Jean-Marie Le Pen na França e Pauline Hanson na Austrália. O mesmo pode ser dito sobre as margens mais extravagantes da direita, como patriotas nos EUA, que vêm tanto as Nações Unidas quanto o governo federal como conspirações contra sua integridade nacional". GIDDENS, Anthony. OBRA CITADA, página 52.

⁵⁸ Como coloca Lizst Viera "o atual padrão mundial de acumulação e desenvolvimento, assentado no domínio das informações, do saber e nas novas tecnologias - e não apenas do capital e do poder de coerção -, reduz a oferta de empregos produtivos e reforça as tendências de exclusão". VIEIRA, Lizst. OBRA CITADA, página 90.

⁵⁹ Como expressa Giddens, "a idéia de que o controle da livre mobilidade do capital produz perdas de eficiência não vela em conta os custos sociais e econômicos da crise". GIDDENS, Anthony. OBRA CITADA, página 162.

para o aumento de tensão na sociedade. O número de vagabundos aumenta e sem perspectiva de solução para sua situação muitos recorrem à criminalidade.

Um novo tipo de empreendimento torna-se mais comum. A construção e manutenção de prisões. É a última forma de confinamento. Hoje não existe a visão da prisão como correção do indivíduo para retornar a sociedade. Prisões são punições, verdadeiros depósitos em que são colocados os indesejáveis da sociedade. Aumenta a cada dia o número de pessoas com problemas com a lei⁶⁰.

O aumento da criminalidade é fenômeno comum em todo o mundo. Suas raízes parecem também se relacionar ao processo de globalização. O efeito é o aumento do medo, a preocupação crescente com a segurança. As pessoas têm um medo natural do crime, compram cadeados, levantam muros, colocam barras de ferro, e esperam que a polícia varra os indesejáveis das ruas. A certeza da punição é substituída pela severidade da pena. Uma ilusão que desvia a atenção do real problema. A busca de um ambiente seguro é o que as empresas buscam dos governos, esperam que os governos se tornem pouco mais que distritos policiais.

2.4.2 Opções à globalização neoliberal

A globalização que está se construindo reduz o homem a uma peça substituível em um frenético jogo de competição por mercados. A vitória deve ser obtida a qualquer custo, não importando as conseqüências para o meio ambiente e a sociedade. É um processo destrutivo movido por forças poderosas, mas não é irreversível. É possível uma outra globalização movida pela força dos Estados Sociais para garantir um futuro mais humano.

Milton Santos aponta que as crises por que passa o sistema hoje devem servir de aviso para os males da globalização, como ela esta sendo realizada, *"a crise por que*

⁶⁰ Zygmunt Bauman chega a apontar que, "o que sugere a acentuada aceleração da punição através do encarceramento, em outras palavras, é que há novos e amplos setores da população visados por uma razão ou outra como uma ameaça à ordem social e que sua expulsão do intercâmbio social através da prisão é vista como um método eficiente de neutralizar a ameaça ou acalmar a ansiedade pública provocada por essa ameaça." BAUMAN, Zygmunt. OBRA CITADA, página 122.

passa hoje o sistema, em diferentes países e continentes, põe à mostra não apenas a perversidade, mas também a fraqueza da respectiva construção”.

A regulação dos mercados financeiros podem trazer uma perda de eficiência para o capital financeiro, mas para a área econômica em geral seria benéfico. A especulação monetária é um ponto chave. Hoje o mundo tem três moedas mundiais, o dólar, o euro e o iene⁶¹. Enquanto pairam dúvidas de como fazer coexistirem essas moedas mundiais, uma crescente coordenação na economia mundial que começa a surgir poderia implicar em uma cooperação mais ativa entre as nações⁶².

Paul Singer aponta como uma alternativa a economia solidária. A economia solidária é um projeto em andamento em diversos lugares do mundo com o objetivo de garantir um meio de subsistência ao trabalhador e especificamente reintegrá-lo à sociedade. Inicialmente aponta as vantagens da grande empresa sobre a pequena, de modo reduzido podemos entender a escala e as cadeias produtivas estabelecidas como as principais. A capacidade de desenvolver novas técnicas das grandes empresas coloca-as sempre em posições de vantagem.

Isoladamente as pequenas empresas não podem competir com tal sistema. Entretanto é possível atingir tais resultados através de cooperativas de produção e consumo. Quebrando o isolamento das pequenas empresas possibilita o aumento da produtividade e da probabilidade de êxito no mercado. É o que chama de economia solidária⁶³.

Podemos traçar um paralelo entre as nações e as empresas. É minha opinião que a sugestão de Paul Singer também pode ser aplicada para países. Não é tão estranho de se imaginar, uma vez que hoje existem empresas globais com receitas muito superiores ao PIB de várias nações do mundo. A defesa da economia interna é

⁶¹ O próprio Anthony Giddens já apontava que o iene é uma interrogação, a estagnação econômica que passa o Japão impede o uso mais amplo de sua moeda nas negociações internacionais.

⁶² GIDDENS, Anthony. OBRA CITADA, página 162.

⁶³ "Atuando em mercados já saturados, a concorrência avilta os preços tornando muito difícil sua sobrevivência. Dada estas dificuldades, a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos". SINGER, Paul. OBRA CITADA, página 138

importante. Não se pode relegar grandes a população à exclusão sem ter de esperar por graves pressões sociais.

A exclusão social e a pobreza não são em si suficiente para tornar as pessoas solidárias, é necessário um agente para aproximar as pessoas e possibilitar sua organização. O Estado é a entidade que melhor cumpre esse papel, e somente o Estado social, porque como um ente que não visa o lucro mas a melhoria das condições de vida tem as condições necessárias para dar início ao projeto.

O Estado, entretanto, atualmente não é capaz de mover um projeto dessa amplitude. Embora seja um processo nocivo, muitas das críticas dos neoliberais tem razão de ser. O Estado Social não tem conseguido atender as demandas feitas pela população.

Uma reforma do Estado é algo que seria esperado. As mudanças recentes do mundo clamam por uma maior interação entre as nações, mas ao contrário do modelo neoliberal que pretende desmontar o Estado Social, o projeto mais interessante é o que o reconstrói⁶⁴.

O discurso acerca do destino do Estado Social não se limita aos democratas e os neoliberais. Anthony Giddens propõe um novo caminho para o Estado Social que chamou de terceira via⁶⁵. A crise da democracia dos dias atuais não é a mesma crise como a do século passado. Quando morreu a era bipolar e em seu lugar a era multipolar se iniciou, os Estados perderam seu inimigo clássico. Não há novos inimigos definidos para legitimar determinadas ações ou requerer certos sacrifícios. O Estado Moderno nasceu na guerra, e a preparação para ela era uma parte de seus aspectos cotidianos. Novas formas de legitimação deveriam ser encontradas, seja através de uma "guerra" contra a hiperinflação ou contra o "terror".

⁶⁴O que leva Anthony Giddens a fazer a seguinte observação, "o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade. A base econômica de tal parceria é o que chamarei de a nova economia mista. Essa economia só pode ser eficaz se as instituições de **welfare** existentes forem inteiramente modernizadas".

GIDDENS, Anthony. OBRA CITADA, página 78

⁶⁵ Giddens entende que "os neoliberais querem encolher o Estado; os social-democratas, historicamente, têm sido ávidos por expandi-lo. A terceira via afirma que o que é necessário é reconstruí-lo - ir além daqueles da direita 'que dizem que o governo é a resposta". GIDDENS, Anthony. OBRA CITADA, página 80.

A difusão das democracias no mundo tem contribuído para abalar as estruturas de poder tradicionais dos Estados. Giddens indica a busca por uma maior autonomia individual e o aparecimento de uma cidadania mais reflexiva. Acredita que o problema, ao contrário dos neoliberais que vêem o excesso de democracia como o problema, é que a democracia não é suficientemente democrática.

É um fato relevante que Giddens traz a tona, não se trata tanto do tamanho ou influência do governo, mas o ajuste que deve ser feito tendo em vista as novas circunstâncias globais. As transformações que o Estado deve sofrer, em sua opinião, podem ser resumidas, em:

- Uma descentralização do poder, para permitir ao mesmo tempo a delegação do poder de cima para baixo e garantir a delegação de poder de baixo para cima. O duplo movimento garantiria a legitimação e a reafirmação da autoridade do Estado por tornar o Estado mais reativo às influências que de outro modo não seria capaz de atender;
- Uma reforma da constituição para propiciar uma abertura e transparência nas ações do Estado e assim diminuir a corrupção e aumentar a confiança dos eleitores nos políticos;
- O Estado deve aumentar sua eficiência administrativa, obtendo mais com menos recursos disponíveis. A competição não pode ser a única forma de manter metas e controles. A solução para a burocracia oficial não é introduzir mecanismos de mercado em seu ambiente, mas reafirmar a eficiência diante dos mercados;
- A votação não pode se restringir ao modo tradicional. Novas formas de participação devem ser desenvolvidas para o governo desenvolver um contato mais próximo à população. Votação local direta, referendos eletrônicos, júris de cidadãos podem ser complementos permanentes ao modo tradicional de participação política;
- O Estado deve ser capaz de administrar riscos. Não os riscos restritos à segurança pública ou econômica, mas também os que envolvem ciência e tecnologia, especialmente as questões éticas. A observação dos riscos não pode ser restrita aos especialistas. O debate deve ser amplo, uma pequena

tecnocracia não pode ser legítima para decidir o que é aceitável ou não para toda a população. É necessária a discussão em vários degraus da sociedade para se tomar uma decisão de risco, especialistas, governos e mesmo pessoas leigas devem ser ouvidas;

- E finalmente esclarece que a "*democratização da democracia*" não pode ser restrita ao âmbito do próprio Estado. Uma perspectiva cosmopolita deve ser tomada.

Os sociais e os defensores da terceira via esperam reformar o Estado Social para o futuro. Preservando as conquistas realizadas até o momento e lançando bases para o surgimento e satisfação de novas ações. Já os neoliberais esperam superar a herança social, destruindo o Estado de bem-estar e no lugar implantar um novo estado eficiente regido pela lógica do mercado e da competição.

3. O PAPEL DO ESTADO

Até o presente momento este trabalho se limitou a verificar os diversos conceitos e teorias acerca do Estado e da função desempenhada por ele. Após a rápida explanação sobre os dois tipos de Estado que se configuram na época atual, e levando em conta as dificuldades do Estado Social e as desigualdades criadas pelo Estado Neoliberal, já deve estar claro a preferência pelo modelo Social.

A função do Estado não deve se limitar à clássica definição de detentor dos meios de violência. Embora seja sua característica peculiar, não deve ser a única. O Estado Neoliberal é um Estado guardião⁶⁶, que usa o poder de violência que lhe é conferido para afastar os excluídos do convívio da sociedade. É um Estado que perpetua a discriminação e a desigualdade. Considera como um atentado às liberdades individuais as políticas de justiça social distributiva. A função do Estado para eles é garantir as liberdades individuais, o que seria suficiente para garantir a igualdade de oportunidade para todos.

Ainda que tenha falhas em sua estrutura e não seja capaz de satisfazer todas as demandas exigidas dele, o Estado Social é superior ao Neoliberal⁶⁷. O Capitalismo é o modo de produção das desigualdades pois permite ao mesmo tempo riqueza e pobreza. Mas é também um sistema destrutivo, Karl Marx já definia o capitalismo como possuindo as próprias bases para sua superação.

O capitalismo já foi definido como possuindo uma "desigualdade natural", essa afirmação deixa claro que por toda a história o aumento da riqueza causa um aumento de desigualdade. O próprio Adam Smith caracterizou que quando existe muita propriedade existe também muita desigualdade.

A desigualdade é inerente ao modo de produção capitalista, o Estado Social tenta superá-las ou ao menos amenizar suas crises e conseqüências. Embora aceite o lucro e a propriedade privada⁶⁸ estabelece limites à acumulação e deixa claro as regras vigentes do mercado. É um Estado voltado para superar crises. O Estado Social tem

⁶⁶ Em maior ou menor grau. Uma vez que o Neoliberalismo não existe em sua forma pura, somente a análise do caso concreto possibilitaria descobrir o quanto um Estado se aproxima da forma teorizada.

⁶⁷ Especificamente na defesa de direitos adquiridos.

legitimidade para intervir na busca por maior justiça social. Não se limita a ser um guardião da ordem, como o Estado Neoliberal. O Estado Social detém os meios de violência legais, mas também é um agente atuante na redistribuição de riqueza e regulamentação das relações sociais.

O Estado Social como imaginado a trinta anos atrás não funcionaria hoje, mas aceitar que esteja totalmente superado é um engano. O Estado pode ser reformado para adequar-se aos novos desafios do século XXI. Não é uma transição simples, muita da burocracia do Estado social tornou-se um peso, e vários existem interesses distintos nos diversos grupos de pressão.

A base da discussão entretanto deve ser democrática, não pode ser implementada com base no medo e desconfiança de um processo hiperinflacionário. O surgimento de um Estado que supere a desigualdade deve ser fruto do diálogo da própria sociedade. Neste aspecto acredito que Anthony Giddens tem razão ao explicitar como causa de ingovernabilidade a falta, e não o excesso como os neoliberais apontam, de democracia.

Muitas decisões são desconsideradas por serem decididas sem a consulta pública ou até mesmo contra o interesse de toda população. Envolver o povo na discussão conferiria nova força às decisões.

O Estado deve ser um instrumento de exercício da democracia, deve ser um meio de exercer a liberdade. O Estado não é para proteção de uma classe ou do capital, mas um meio de obter as condições necessárias para o real exercício da cidadania.

De todas as entidades que existem hoje, o Estado é a que possui o maior poder e recursos para realizar a justiça social. Em tempos de globalização que as fronteiras parecem perder importância no mundo⁶⁹, o Estado é a entidade que pode superar as limitações dos neoliberais. Um mundo livre mas também justo. Esse é o papel que o Estado deve cumprir.

A globalização é uma realidade que está se construindo. Suas diversas formas avançam perante os organismos internacionais que não conseguem acompanhar o

⁶⁸ Afinal é um Estado que reflete os ideais de uma sociedade capitalista.

ritmo da mudança. Tendo como foco principal a globalização político-econômica parece depender da forma de organização do Estado. Se o Estado será um meio de propagar a globalização atual em todos os seus efeitos⁷⁰ ou se o Estado poderá assumir um papel de líder, e direcionar o processo para o bem comum de todos é uma questão ainda a ser respondida.

Ainda que a cada dia pareça cada vez mais claro a influência do monetarismo e do neoliberalismo para a tomada de decisões dos Estados, também é cada vez mais freqüente que diversos grupos proponham soluções que fogem da lógica do mercado. Como podem falar em liberdade, os defensores do neoliberalismo, quando grande parte da população do mundo é prisioneira da miséria.

Seja propondo formas de organização das pequenas empresas, seja através de reformas do Estado para ampliar a participação democrática diversos setores chegam à conclusão que não pode perpetuar o modelo de exploração que existe hoje.

Um modelo que cria mais desigualdades não é o mais indicado para promover o bem comum. O ponto de mudança da sociedade deve ser operado a partir do Estado.

O Estado moderno é uma criação humana, assim como é o mercado, não são frutos de relações naturais, são produtos criados pelo homem e feitos para servir ao homem. O Estado Moderno como concebido em seu início no século treze está obsoleto, hoje, o Estado não é um detentor dos meios legais de violência. Mais um agente ativo na realização da condição humana.

Como condição humana não podemos nos referir apenas à satisfação das necessidades básicas de subsistência mas de garantir uma existência digna e condizente com a justiça distributiva.

Não será o mercado o agente que possibilitará que tal estado seja atingido. Pelo contrário, como demonstrado o mercado atua no sentido oposto. A competição arruina a ética e leva a um estado de barbárie.

Os críticos atacam as conquistas sociais como se fossem causa de distorções e acusam a democracia de ser ingovernável. Talvez tenham razão, o grande capital pode ser incapaz de atingir todas suas pretensões enquanto houverem instituições

⁶⁹ Para aqueles que não foram excluídos do sistema.

destinadas a atender os interesses de todos. Enquanto não forem subjugadas tais instituições não será possível atingir os níveis de riqueza almejados. Afinal, teria de se proteger o meio ambiente, a fauna, a flora.

Esse é o mundo que viveremos, os afortunados turistas e os vagabundos excluídos. Cada vez menos turistas e mais vagabundos. Enquanto impera a lógica do novo mercado global, não importa o destino dessas pessoas, o mercado se encarrega delas. Enquanto não forem úteis elas ficaram em "estoque", longe da convivência do turista mas próximo o suficiente para servir de aviso. A ameaça sutil do que significa desistir de ser um turista.

Não, o mercado nunca cuidará destas pessoas. É o Estado a entidade que pode oferecer uma chance.

Foram as nações ricas e desenvolvidas as primeiras a implantarem o modelo neoliberal. Alegam superar o velho modelo e propiciar um modo de gestão rápido e mais eficiente.

Pretender implantar um modelo pós-Estado Social em nações que ainda nem sequer conseguiram garantir uma existência mínima aos seus cidadãos é ignorar o bom senso. Se o modelo se tornou insustentável por garantir direitos demais nos países desenvolvidos é impossível utilizar a mesma lógica em países que não conseguem prover seus cidadãos com os direitos fundamentais.

A questão é se o Estado pode ou não ser capaz de permitir que os excluídos retornem ao sistema e que se atinja uma maior justiça social.

⁷⁰ Sejam eles benéficos ou não.

CONCLUSÃO

No começo do século vinte e um nos deparamos com dois possíveis papéis para o Estado. De um lado, há o Estado Neoliberal defensor do liberalismo econômico e um agente do mercado. De outro, há o Estado Social promotor da igualdade distributiva, um agente solucionador de crises. Ambos tiveram suas origens em momentos distintos, suas teorias impulsionadas por situações da época.

Após estudar brevemente cada abordagem, não resta dúvida que o modelo social é superior ao neoliberal. A vida mostra que o homem ainda é o lobo do homem, que o Estado neoliberal não possibilita a convivência em um mundo de cooperação e de solidariedade, procurando satisfazer apenas as próprias necessidades.

Uma alternativa ao caos suicida que é a globalização neoliberal pode ser alcançado se for conferido ao velho Estado Social uma nova função. Inspirar vida nova no velho modelo de organização. A crítica da globalização não é a esperança de retorna a algum paraíso idealizado perdido, mas um meio de superar o terrível abismo social que cresce a cada dia.

O princípio democrático deve ser estendido para toda a sociedade e não para o benefício de uma classe. O Estado social adquire real sentido quando combinado com a democracia e o princípio da igualdade. A participação não pode ser limitada a determinar a posição política do cidadão.

O papel que os neoliberais reservam ao Estado nada mais é que ser palco de um darwinismo social. O aumento da riqueza e o aumento da pobreza tem gerados graves crises sociais. O descarte da ética em nome da eficiência cria uma sociedade desumana que põe em risco a própria democracia.

O último campo de batalha é a política. O destino das próximas gerações será decidido agora. Se os avanços tecnológicos serão postos a serviço de toda humanidade ou de apenas uma parcela detentora de capital que relega à marginalidade grande parcela da população.

O mercado tem seu espaço próprio, mas esse espaço não pode ser tão grande a ponto de suplantar a democracia.

As críticas dos neoliberais devem ser observadas, eles aponta vários problemas que sofrem os Estados, mas suas soluções são próprias para o século dezenove. Não há na proposta neoliberal uma nova forma de governar, é um sonho de retornar a um período mais opressivo e injusto da história, antes das conquistas sociais da metade do século vinte.

O papel do Estado na era globalizada é o da atuação. Não pode ficar passivo frente ao grande capital exploratório. Deve atuar no sentido de cumprir a função para que nasceu, servir ao povo.

Espero que este trabalho tenha demonstrado que com todos os seus problemas, o Estado Social é uma opção ainda viável nos dias atuais. O Estado neoliberal não é capaz de atender as demandas da população e pior, foi responsável pelo crescimento desenfreado da exclusão social.

BIBLIOGRAFIA

1. LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia Jurídica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, 4ª Edição
2. BECK, Ulrich. **O que é globalização: equívocos do globalismo respostas à globalização**. Editora Paz e Terra
3. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, 10ª edição.
4. GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre impasse político atual e o futuro da social democracia**. Tradução de Maria Luiza X. de ^a Borges, Rio de Janeiro: editora Record, 2000, 3ª tiragem.
5. BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988
6. BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Editora
7. NEGRÃO, João José. **PARA CONHECER O NEOLIBERALISMO**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998
8. SINGER, Paul. **GLOBALIZAÇÃO E DESEMPREGO: diagnóstico de alternativas**. Editora Contexto, 4ª edição
9. VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, 3ª tiragem.
10. ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. Editora Atlas, 1997, 17ª Edição.

11. CARDOSO, Eliana A. **Economia brasileira atual ao alcance de todos**. Editora brasiliense, 1986, 5ª edição
12. MALISKA, Marcos Augusto. **Definindo conceitos: Estado neo-liberal ou Estado Social Democrático de Direito na onda globalizante?**
13. NUNES, António José Avelãs. **Neoliberalismo e direitos humanos**. Editorial Caminho Nosso Mundo, Lisboa, 2003.
14. FARIA, José Eduardo. **O Direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros Editores, 1ª edição, 3ª tiragem.
15. LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.
16. ANDRADE, Luiz Felipe Netto de; SAHD, Silva; AGUIAR, Adilio Alves. **Filosofia política contemporânea**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
17. AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Globo, 1997.
18. SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
19. BONAVIDES, Paulo. **Política e constituição: os caminhos da democracia**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
20. BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Trad. De Sérgio Bath, 9ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
21. GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. São Paulo: L&PM Editores, 1998, 15ª edição.